

## As Redes Comunitárias de Água no Contexto de Luta pela Terra e pela Água no Vale do Guapiaçu (RJ)

O vale do rio Guapiaçu é o principal afluente do rio Macacu e compõe a bacia contribuinte da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro. Localizado no município de Cachoeiras de Macacu, o Vale do Guapiaçu está inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mapa 1: Localização das Comunidades do Vale do Guapiaçu



Hoje, uma porção do Vale do Guapiaçu, é ocupada por uma série de comunidades assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou via crédito fundiário pela Reforma Agrária de Mercado<sup>1</sup>. Ao longo do tempo, foram diversos os grupos sociais que

<sup>1</sup> Segundo Santiago (2017), a Reforma Agrária de Mercado se configura como um experimento neoliberal de políticas voltadas para o espaço agrário durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2001). Criado pela Lei Complementar nº 93/98, o Banco da Terra, que viria a se transformar três anos após no *Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural* foi constituído com aportes financeiros do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e



ocuparam a região e os processos de disputa por terra/ território pelos quais eles passaram, fazendo com que hoje, parte da formação territorial seja marcada por diversos processos de conflito e despossessão.

A região que originalmente foi habitada por indígenas passou, ao longo dos séculos, por momentos em que as terras eram divididas entre muitas famílias camponesas e momentos em que poucos latifundiários detinham poder sobre as terras. A partir da década de 1950 o Estado passou a intervir na distribuição e ocupação das terras para garantir a colonização do território e a produção de alimentos, que sempre foi uma característica marcante dos povos que habitaram esta região. Porém, durante o período de Ditadura Militar, com a forte repressão no campo no estado do Rio de Janeiro, diversas famílias camponesas foram expulsas de suas terras e as mesmas só retornaram para a região após o fim do regime militar, por meio de ocupações de terra e assentamentos. As lutas mais recentes das comunidades que hoje vivem e produzem no Vale do Guapiaçu foram contra as ameaças de construção de barragens no rio Guapiaçu. Não só as comunidades conseguiram barrar dois projetos, como desenvolveram e mantêm coletivamente redes de distribuição de água para os moradores. A luta para instalação das redes e manutenção coletiva das mesmas vêm tendo importante papel no desenvolvimento do senso comunitário e na resistência das comunidades frente às pressões de mercantilização da água.

A região se encontra no sopé da Serra do Mar, cadeia montanhosa que se estende, beirando o litoral, do Rio de Janeiro ao norte do estado de Santa Catarina. O rio Guapiaçu tem sua nascente na Serra dos Órgãos (nome local dado a esta parcela da Serra do Mar) e é afluente do rio Macacu, que deságua na Baía de Guanabara. Parte da área correspondente ao Vale do Guapiaçu está inserida no Parque Estadual dos Três Picos, a maior unidade de conservação de proteção integral administrada pelo Estado do Rio de Janeiro.

(Coordenadas de localização da Comunidade de Serra Queimada: 22°29'28.8"S  
42°50'01.6"W)

---

Desenvolvimento), como oposição e medida de superação da reforma agrária constitucional. Uma das comunidades do Vale do Guapiaçu, Serra Queimada, é o último dos assentamentos da região e tem sua origem em uma operação de compra da terra, através da Reforma Agrária de Mercado.



**Foto 1:** Terras plantadas na Comunidade de Serra Queimada, Serra do Mar ao fundo - Vale do Guapiaçu - 2017 (Foto: Julia Ladeira)

As características geoambientais da região contam com a vegetação de Mata Atlântica e o forte potencial hídrico e agrícola lá presentes, que desde antes da colonização portuguesa, quando o Recôncavo da Guanabara era ocupado por povos indígenas, vêm caracterizando os usos territoriais dos povos e comunidades que ali habitam. A própria palavra Guapiaçu, nome do principal rio da região onde as comunidades em questão hoje habitam, é manifestação atual de uma ocupação histórica indígena do tronco linguístico Tupi-Guarani. A palavra Guapiaçu significa, segundo Bueno (1982), “A grande cabeceira”, o que torna possível perceber a íntima relação que os diversos povos que ocuparam a região ao longo do tempo vieram tendo com as águas. (CABRAL, 2007) (D’ANDREA, 2018)

A vasta rede hidrográfica do Vale do Guapiaçu sempre foi (e ainda é) fundamental para a garantia da manutenção e reprodução da vida na região e, com o tempo, sofreu alterações em sua paisagem. A mata abundante e os manguezais conviveram com a inserção de muitos pastos e lavouras, mas seguem fazendo parte da dimensão físico ecológica do vale do rio Guapiaçu. Intensamente vinculados à rede hidrográfica, os processos de ocupação foram sendo ressignificados, na medida em que mudanças no perfil da ocupação na baixada da Guanabara foram ocorrendo.

Na época da invasão/ocupação portuguesa, no ano de 1500, uma complexa rede de aldeias habitava o Recôncavo da Guanabara (região correspondente à atual Baixada Fluminense e outros municípios ao redor da Baía de Guanabara). No decorrer do século XVI, as terras do Vale do Guapiaçu tornaram-se sesmarias. Como o responsável na época, o fidalgo português Miguel de Moura, não fez uso produtivo da terra, foi doada a Companhia de Jesus, sob comando de jesuítas. Nesse processo, os povos indígenas originários ou eram considerados inimigos (e nesse caso, massacrados) ou aliados (assim foram cristianizados e escravizados), (MAB, 2015). O rio Guapiaçu, à época, se caracterizava por ser uma das principais vias de acesso ao interior e permitia a interiorização da colonização no Recôncavo da Guanabara, pois era um rio considerado navegável. Segundo o Dossiê do MAB (2015), dentre as atividades econômicas da região, além dos engenhos para a produção de açúcar e a extração de madeira, destaca-se a intensa produção de farinha de mandioca, arroz, feijão e milho - alimentos, que, registre-se, ainda hoje são produzidos nos terrenos agricultáveis da região.

A expulsão dos jesuítas, já em meados do século XVIII, fez com que as terras do Vale do Guapiaçu se tornassem de posse da Coroa, que as leilou. Ao longo do século XIX as terras passaram por diversos proprietários. Um surto de malária neste período ocasionou a diminuição da população local e o abandono de muitas áreas, o que, posteriormente, veio a favorecer o processo de grilagem das terras.

Já no século XX, durante o Governo Vargas, em meados dos anos 1950, Núcleos de Colonização foram desenvolvidos na região, cujo objetivo era ocupar as terras da área em que se encontrava o vale do rio Guapiaçu para garantir a produção de alimentos para o abastecimento da capital federal, que, na época, era a cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais migraram de outras regiões do estado e de estados vizinhos para a município de Cachoeiras de Macacu.

A partir desse momento, a região de Papucaia (localizada em Cachoeiras de Macacu) e seu entorno, envolvendo o Núcleo Colonial, o distrito de Sambaetiba em Itaboraí, onde está situado o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e o Conjunto Rural do Guapiaçu, se destacará sob o ponto de vista dos conflitos fundiários.

As intervenções estatais foram sucessivas e diversas, cujo objetivo era disciplinar a ocupação das terras da região, feita por famílias oriundas de diversos lugares do território fluminense e

de outros estados em busca de terra e trabalho. Como veremos adiante, a criação do Núcleo Colonial de Papucaia na década de 1950, as desapropriações da fazenda São José da Boa Morte, em 1964 e novamente em 1981, a constituição do Conjunto Rural do Guapiaçu, a transformação da fazenda Serra Queimada em empreendimento do Banco da Terra e os projetos de construção de barragens nos indicam a tensão latente e a relevância da luta pelo acesso à terra/território no Estado do Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Neste processo, um grupo de trabalhadores e trabalhadoras que não havia conseguido acesso à terra prometida no Núcleo de Colonização Papucaia realizou a ocupação da fazenda o que deu origem a um dos conflitos mais graves registrados na história do Estado do Rio de Janeiro: o da Fazenda José da Boa Morte. A fazenda foi ocupada em 1961 pela primeira vez e, após duas ocupações, a fazenda foi desapropriada em janeiro de 1964 para o assentamento das famílias de agricultores que haviam procurado o Núcleo Colonial Papucaia, mas não haviam conseguido terra (MAB, 2015).

Contudo, com o Ditadura Civil-Empresarial-Militar, que interveio fortemente no campo de 1964 até finais dos anos 1980, o Exército expulsou o grupo assentado da área, e aos poucos passou a devolver as terras da fazenda aos antigos proprietários. Parte dessas famílias foi para as fazendas Vecchi e Quizanga, nas proximidades do Rio Guapiaçu, onde trabalhavam como colonos (MAB, 2015).

O período ditatorial se caracterizou pelo intenso controle e repressão na região de Cachoeiras de Macacu. A estrutura fundiária do município gerou diversos conflitos, o que contribuiu para que Cachoeiras de Macacu fosse um dos principais focos de repressão neste período. De acordo com a pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro, 1964-1988* (MEDEIROS, 2015), das 184 prisões de trabalhadores rurais registradas em todo o estado do Rio de Janeiro durante a ditadura, 141 ocorreram somente no município de Cachoeiras de Macacu, representando 76,6% do total. Isto, além de todas as outras formas

<sup>2</sup> Informações retiradas do Material Didático para as oficinas do projeto de extensão *Memórias da Luta pela Terra no Estado do Rio de Janeiro*, 2018, realizado por: Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu (Gestão 2017-2020); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Movimento dos Atingidos por Barragens; Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio e Niterói (GT Agrária – AGB); Sociedade Clube da Esquina de Amigos do Arquivo Histórico de Cachoeiras de Macacu.

de violência praticadas contra os trabalhadores, que vão de destruição de ferramentas de trabalho e lavouras, até assassinatos – indicador que o município também apresenta os maiores números em relação ao estado, concentrando 22 do total de 51 registros (43,1%).

Mesmo com o contexto de repressão, boa parte das famílias permaneceu nas proximidades e ocupou localidades vizinhas, como Serra Queimada. Somado a este fato, um conjunto de 62 famílias de agricultores e agricultoras, despejados de uma fazenda na localidade do Imbé, no município de Campos dos Goytacazes, estavam à mercê do governo civil-empresarial-militar, pois eram assentadas de um terreno desapropriado para fins de reforma agrária na década de 1960, porém o Estado brasileiro também devolvera a posse das terras aos antigos proprietários. Assim, foi criado o “Conjunto Rural Guapiaçu” pelo IBRA<sup>3</sup>, formado pelas fazendas Vecchi, Quizanga, pelas glebas Sebastiana e Queiroz, pertencentes à Fazenda do Carmo, e mais algumas áreas.

A assistência prometida a estes agricultores e agricultoras, com construção de casas e postos de saúde, não foi cumprida, com reconhecimento formal do Serviço Nacional de Informações (SNI) que, segundo o MAB (2015), assentiu que a área foi prejudicada pela omissão do Estado e pelas contradições intrínsecas aos aparatos jurídico formais relacionados à questão fundiária.

Portanto, podemos assinalar que o Vale do Guapiaçu faz parte de um cenário municipal de muita conflitividade e disputa por terra/território. Nesse sentido, os grupos sociais que ali resistiam passaram por uma década turbulenta nos anos 1980. Assim sendo, neste período, a comunidade do Vale do Guapiaçu se articulou para resistir contra um projeto de construção de barragem no rio Guapiaçu, proposto pela Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEDAE), cuja razão era a criação de um reservatório hídrico. Foi a luta e organização comunitária que fizeram com que o projeto fosse anulado.

---

<sup>3</sup> O IBRA foi um órgão criado em 1964, diretamente subordinado à Presidência da República e tinha como objetivo principal atuar na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária. Como parte do órgão, foram criadas as “Comissões de Verificação e Regularização”, que visavam apurar a obediência às leis agrárias pelos agricultores dos Núcleos de Colonização e podiam aplicar sanções e até expulsar aqueles que não as cumprissem. As Comissões eram compostas por ex-soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército do Rio de Janeiro e ficaram conhecidas como Guarda Rural do IBRA.

Mais para frente veremos que as comunidades rurais do Vale do Guapiaçu, consolidadas enquanto grupo social que garantiu o acesso à terra via luta e assentamentos rurais, recentemente tiveram que se organizar para travar uma nova luta contra construção de uma barragem. Desta vez, sob justificativas mais robustas e com o participação da iniciativa privada. A luta contra a barragem mostrou que, para além de conflitos territoriais, o que estava em jogo eram visões diferentes da relação sociedade/natureza e do planejamento dos recursos territoriais. É nesse contexto que o Movimento dos Atingidos por Barragens se insere no território do Vale do Guapiaçu e articula-se com a comunidade na luta contra a barragem, movimento que se mostrou de suma importância na organização do povo na região, cuja luta vem tendo sucesso na resistência contra a barragem até os dias de hoje.

### **As Redes Comunitárias de Água**

No final dos anos 1990, um grupo de agricultores e agricultoras, assentados pelo INCRA<sup>4</sup> em 1975 e organizados por meio da Associação de Produtores da Ilha Vecchi e Adjacências (APROVECCHI), começou a desenvolver seus próprios meios de reconstrução das condições de re-produção da vida. O descaso do poder público com a região, caracterizado pela falta de estradas, saneamento básico, e acesso a saúde e educação, aliados à falta de uma estrutura de captação, filtragem e distribuição de água, são aspectos que impulsionaram o processo de apropriação camponesa da água no Vale do Guapiaçu (D'ANDREA, 2018).

A rede comunitária de água se desenvolve a partir do projeto “Água Boa – Sistema Ilha Vecchi”, criado pelos agricultores e agricultoras assentados em parceria com a Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu (PMCM) para a construção de um sistema de captação, filtragem e distribuição das águas.

Segundo “D”<sup>56</sup>,

---

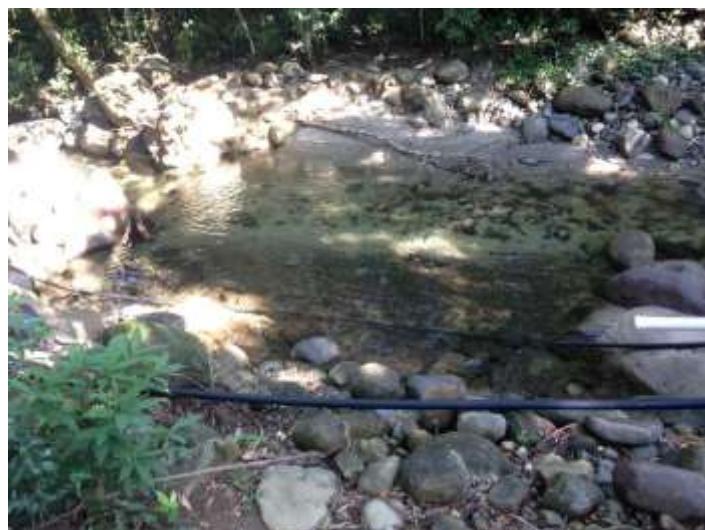
<sup>4</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970, como órgão de fusão entre os dois outros que existiam anteriormente ligados à reforma agrária: o IBRA e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário).

<sup>5</sup> Agricultor assentado pelo INCRA e importante mestre da água.

<sup>6</sup> Os nomes dos agricultores entrevistados foram omitidos para manter sua segurança e não expor seus pontos de vista a outros grupos.

[...] nós entramos com o trabalho, a contrapartida do serviço, mas recebendo também, não teve ninguém trabalhando de graça [...] (“D” citado por D’ANDREA em reunião com os pesquisadores e pesquisadora do Lemto - UFF, 2018)

O projeto, apesar dos obstáculos envolvidos, como indícios de superfaturamento por parte da Prefeitura e má qualidade do material fornecido pela mesma, desenvolveu-se por meio da sabedoria e do trabalho coletivo dos grupos sociais que ali viviam, em suas terras arduamente conquistadas. O resultado foi a primeira Rede Comunitária de Água do vale do rio Guapiaçu, localizada na Ilha Vechi.



**Foto 2:** Captação de água da rede comunitária atualmente - 2017 (Foto: Julia Ladeira)

Uma vez que em 1999 as 142 famílias assentadas pelo Banco da Terra na comunidade de Serra Queimada ainda não se encontravam lá (foram assentadas entre 2001 e 2002), o então proprietário da fazenda teve que ser envolvido em negociações. A tubulação de captação de água passaria por dentro de sua propriedade, para captar água do Rio Caboclo, afluente do Rio Guapiaçu. O fazendeiro, José Duarte Tostes, permitiu a passagem, com a condição de que fosse incluído no projeto a construção de uma rede de água específica para o abastecimento de sua pocalga (D’ANDREA, 2018).

Em 1999, eu e “M” fomos lá pra fazenda, em frente ao colégio a gente topou com o fazendeiro José Tostes. ‘Seu José, tamo precisando de água pra Ilha Vecchi, o que o senhor pode fazer pra água passar?’. ‘Faça uma rede beirando a minha’ [...]

Resultado: faz uma rede beirando a fazenda dele, com prioridade de deixar uma saída no Chiqueirão, pros porcos e leitões se refrigerar com o ar, com aquele ventilador ligado (“D”, em reunião da APROVECCHI no dia 12/05/2017, in D’ANDREA, 2018).

Explicitemos aqui a forma como as relações de poder no campo são marcadas pela imposição. O latifundiário exerce seu poder para inserir uma rede privada em um projeto financiado com dinheiro público. Depoimentos de moradores da região à época apontam que os dejetos dos animais do curral do latifundiário eram diretamente jogados no Rio Caboclo. Dessa forma, contribui para a poluição das águas e liberando fortes odores de fezes e urina, evidenciando as condições precárias de saneamento e a perda da qualidade da água, distribuída pelo sistema de captação.

Ao longo de 2001, os recém assentados pelo Banco da Terra na comunidade de Serra Queimada se viram em meio a um quadro de relação desigual de forças estabelecida com o latifundiário, bem como com a Prefeitura. Assinalamos, portanto, as diversas dificuldades enfrentadas pelas famílias desde o momento em que foram assentados, que perpassavam questões de terra e que “desde o início a água foi um objeto de disputa entre as fazendas da região e os pequenos agricultores – desde os assentados pelo INCRA até os assentados pela Reforma Agrária de Mercado (RAM)” (D’ANDREA, 2018). A agricultora local “R”<sup>7</sup>, deixou claro durante sua fala na Audiência Pública realizada em 06/12/2016, a situação pela qual os agricultores passaram quando chegaram em Serra Queimada, tornando clara a falta de comprometimento com a verdade no fechamento dos contratos, tendo em vista a situação de vulnerabilidade dos assentados.

“[...] a compra da terra, quando a terra foi comprada, os agricultores não puderam, não viram a terra, não puderam entrar dentro da terra, não puderam conhecer aquilo que estava comprando, se era uma área boa, se era uma área ruim, entendeu? A fazenda era afastada, então os agricultores não tinham acesso a esse lugar pra identificar aquilo que estava comprando na época e isso aconteceu [...] e outra coisa também que aconteceu, a terra foi nos vendida como que era 20% de mata e depois quando veio o mapa tava com 53% de mata. Falaram que a gente ia pegar, é, 20 hectares de terra, depois 10 e quando chegou no final só sobrou 3 pra cada um ... então quero dizer que nós adquirimos uma dívida no valor de uma terra que a gente ia

<sup>7</sup> Agricultora e importante liderança local

trabalhar e ter condição pra pagar, agora 3 hectares de terra não tem como a pessoa pagar a dívida e sobreviver, muitos às vezes até consegue porque tem outro lucro, trabalha em outras coisas mas pessoas que só trabalham dentro da terra, só trabalha dentro da área, não tem condição de sustentar filho, pagar remédio com três hectares [...] **Porque um dia comprou a terra aí foi o sorteio, chegou no dia do sorteio as pessoa pegaram terra, na hora que ia lá ver o terreno que era, era um pedaço, um pedacinho de terreno pequeno, muitas vezes a pessoa pegava, pegou, ia lá ver a terra, a terra cheia de pedra, morro, pedaço de mata e a pessoa, como é que a pessoa ia trabalhar?"**

A fala de “R” ainda denuncia a falta de infra estrutura na região e o descaso da Prefeitura em oferecer condições para os agricultores se manterem nas terras.

[...] **Outra coisa, depois que nós peguemos a terra de Serra Queimada, fiquemos sem energia 3 anos, sem infraestrutura porque a gente não tinha estrada, nós fiquemo sem estrada, sem valas ... como que a pessoa vai pegar um terreno sem valas, sem drenagem alguma pra poder trabalhar rápido e poder tirar algo pra poder pagar a dívida e sobreviver ainda?"**

Em contraposição à relação desigual de poder entre os donos de terra e os assentados, “R” se coloca em relação à auto-organização dos agricultores e às lutas que protagonizaram frente as dificuldades.

“Então foi dessa maneira, a vida dos agricultor não foi fácil lá naquele lugar, **hoje a gente tá estruturado? Tamos! Graças a Deus, hoje eu to com meu pedacinho de terra lá, to com a minha casinha lá, mas foi com muita luta.** [...] A pessoa vai e fala pro senhor “se você não quiser esse, sai fora!”, aí você sabe que você sabe que não vai conseguir outro, aí tu pega aquilo que tá te dando, aí depois vem as consequências, então gente, é, eu estou aqui, to defendendo a minha área, defendendo os agricultores do lugar, porque na época teve muito problema sim, eu não tinha o conhecimento que eu tenho hoje, a maioria dos agricultores que tão aqui não tinham o conhecimento que tem hoje, os presidentes que tão aqui não tinha os conhecimento que tem hoje, que se fosse hoje eles ia exigir pra ler documentos, que “ah, mas eu tenho que ler pra assinar e comprar a terra”, “não, assina sem ler”, então se você não assinasse você tinha que tá fora, sem ler a documentação que você tinha que pegar terra, poxa, você tá entrando na dívida, comprando algo e você não pode tá lendo o documento? Então isso tudo aconteceu na época, entendeu? [...] hoje nós não somos obrigados a pagar por isso, **hoje nós não somos obrigados a perder a nossa terra, a**

**perder a nossa casa, porque hoje não é só terra pura não, que peguemos a terra lá purinha, não tinha nada, mas foi com luta, foi com sacrifício, que muitos abriu vala na mão, tá? Porque não deu infraestrutura pros agricultores, abrimo vala na mão pra poder ter o terreno que tem hoje[...]"**

E finaliza deixando clara a angústia vivida pelos assentados na época, assim como as contradições surgidas a partir de que a terra passa a ser mercadoria, e, portanto o lucro através da mesma passa a ser justificável por qualquer meio.

quer dizer, só foi se complicando a vida dos agricultores, nós temos culpa? Temos! Temos culpa sim, sabe de que? De não ter tido conhecimento na época, de não ter tido leitura o suficiente, não ter tido conhecimento de procurar um advogado pra nos auxiliar na época, nós temos culpa sim, temos culpa, muitos têm culpa, mas sabe por quê? Temos culpa de ser analfabeto, temos culpa de não poder ter instrução pra poder tá lendo aquilo que a gente tá comprando, e os que tinham um pouco de instrução, né? Tinham que ter batido o pé firme pra poder ler aquilo que estava comprando, **mas infelizmente temos culpa sim porque fomos medrosos de perder aquilo, o sonho, o sonho é tanto, a gente sonhava em ter o nosso próprio pedaço de terra e parar de trabalhar e dar a meia pro dono, então nós fomos culpados sim, de sonhar demais** ("R", em Audiência Pública sobre a Reforma Agrária de Mercado, em 6 de Dezembro de 2016, in SANTIAGO, 2017).

Enquanto as 142 famílias de agricultoras e agricultores que foram assentadas em Serra Queimada se viam em péssimas condições, os agricultores e agricultoras de Ilha Vecchi lidavam com problemas técnicos para a garantia do abastecimento de água e o pleno funcionamento da rede comunitária, como o material disponibilizado pela Prefeitura para a tubulação não era de boa qualidade. Porém, mesmo com as dificuldades postas à manutenção da rede hidrocomunitária, o depoimento de um agricultor assentado em Serra Queimada explicita como o início da relação coletiva com a água se deu em torno das duas comunidades.

[...] ficamos quatro anos sem energia elétrica aqui. Sem água seis meses porque nós pedimos um galho à Ilha Vecchi. A rede tava muito precária já, eles pediram ajuda a nós de R\$100,00, cada família, e nós vamo botar pra vocês [...] ("Q"<sup>8</sup> in: D'ANDREA, 2018)

---

<sup>8</sup> Agricultor assentado pelo INCRA e importante mestre da água.

Tendo em vista os problemas que as famílias de Ilha Vecchi vinham enfrentando com o abastecimento de água para as famílias que já estavam incluídas na rede, por causa da qualidade do material, a visão comunitária se mostra sobreposta à visão de mercado desde o início da relação entre as comunidades. Isso fica muito claro com os relatos durante uma reunião na APROVECCHI.

“R”: O que acontece, a gente tem uma quantidade, e tem outras famílias que também já estão dependendo, e aí fica complicado da gente poder aumentar a distribuição.

“L”: É tão triste ter que falar pro cara [que não pode]. É chato.

“R”: A gente passa apertado, chega pra eles pra pedir mas como que a gente vai distribuir pra mais uma casa, já tem tantas, já tá faltando.

Ao que a resposta dada sela a decisão da reunião:

“J.A”: A água é difícil de se negar. (Reunião na APROVECCHI, em 12/05/2017).<sup>9</sup>

Foi sob um caminho árduo e conflituoso que as comunidades do Vale do Guapiaçu começaram a desenvolver uma difícil luta por emancipação, no que se refere à gestão de das condições metabólicas de reprodução da vida, dada a falta de apoio do Estado e a péssima condição em que foram assentados os agricultores em Serra Queimada.. A partir da solidariedade e da valorização das formas de conhecimento locais, marcadas nos corpos dos homens e mulheres que habitam o Vale do Guapiaçu, que tornou possível o caráter comunitário das relações estabelecidas entre os mesmos, materializado nas redes comunitárias de água.

Assim, há, no decorrer da primeira década nos anos 2000, uma re-organização da ocupação territorial do Vale do Guapiaçu, que junto ao crescente sentimento de coletividade dos habitantes da região, proporcionou o aperfeiçoamento das Redes Comunitárias de Água. Redes essas regidas sob o princípio da autonomia coletiva na gestão do território e do uso comum da água, que antes de ser recurso, é condição necessária à sobrevivência humana e indispensável a todos e todas.

---

<sup>9</sup> Diálogo entre agricultores do Vale do Guapiaçu, integrantes da APROVECCHI.

No começo dos anos 2000, as dificuldades enfrentadas pelos recém assentados em Serra Queimada foram melhor superadas graças à solidariedade dos agricultores e agricultoras que já ocupavam o vale e partilhavam da Rede Ilha Vecchi de distribuição de água. A deterioração das estruturas da rede por conta dos problemas técnicos acima explicitados não impediu que as famílias incorporadas à rede de compartilharem água com os recém assentados em Serra Queimada.

Os homens e mulheres do Vale do Guapiaçu constroem formas próprias de satisfazer suas necessidades e a rede comunitária de abastecimento hídrico é, talvez, a melhor prova disso. É a experiência comum, compartilhada entre esses homens e mulheres, a condição para a formação de um ethos comunitário que se constrói na própria articulação entre eles, na perspectiva da formação de uma identidade coletiva.<sup>10</sup>

Quando aquele/a que é assentado/a sem as condições básicas para produzir sua vida – e falamos neste caso de elementos como água e energia – vai até o/a outro/a e demonstra a sua condição de vida, aquele/a que o/a recebe o faz e o acolhe porque se identifica e se sente afetado/a pela experiência compartilhada. E se afeta justamente por já ter sido afetado por estas condições. É neste duplo processo – de afetar e ser afetado – que se consolidam os afetos e os laços de solidariedade que se conectam e materializam através das Redes Comunitárias de Água. Isto se torna possível devido há uma complexa episteme camponesa que constitui as formas materiais e simbólicas de interação entre os/as campões e a terra, a água, a mata, o alimento e os animais. Ou seja, as Redes Comunitárias de Água se configuram enquanto materialização de uma das múltiplas formas de produção do espaço e do território por parte destes/as agricultores e agricultoras. (D'ANDREA , 2018, p. 78/79)

O passar dos anos fortaleceu os laços entre os integrantes das comunidades do Vale do Guapiaçu e a organização coletiva foi fundamental na consolidação das redes comunitárias de água. D'Andrea (2018) identificou princípios que pautam as relações sociais na região, o que chama de Protocolo Implícito da Água do Guapiaçu, a saber: 1) os laços afetivos construídos através das relações cotidianas regem a dinâmica das relações comunitárias com

<sup>10</sup> Discussão aprofundada por Pedro D'Andrea no trabalho intitulado “As Águas do Guapiaçu entre o bem comum e o capital: O conflito entre as Redes Comunitárias de Água e a barragem”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. São Gonçalo, 2018.

a água e se apresentam como contraponto à lógica mercantil de apropriação da natureza e individualização das ações. *Água não se nega a ninguém* seria o primeiro princípio do Protocolo; 2) Indo de encontro ao lema do MAB de que *água não é mercadoria*, os agricultores e agricultoras do Vale do Guapiaçu encaram a água como bem de uso comum, não permitindo fins lucrativos. Cada integrante da rede deve contribuir financeiramente para tornar possível o reparo e a ampliação do sistema e é só a partir desta lógica que este sistema poderá se consolidar e chegar a cada vez mais casas e famílias. Dessa forma, *Contribuição não é pagamento* é o segundo princípio; 3) e, por fim, assinalamos que o último princípio que rege o uso comunitário da água no Vale do Guapiaçu diz respeito ao uso da água. A água distribuída pelas Redes só pode ser destinada para o consumo humano. Dessa forma, a rede comunitária de água não é utilizada para lavouras ou animais. “Este princípio traz consigo a lógica de que deve haver um uso consciente por parte de todos e todas que estão inseridos nas Redes Comunitárias e isto deve ser respeitado a partir dos acordos coletivos e encaminhados nas reuniões da APROVECCHI.” (D’ANDREIA, 2018).

Assim, evidenciamos o caráter político e solidário que rege as relações hidrocomunitárias exercidas no Vale do Guapiaçu. Essa forma de organização comunitária proporcionou a ampliação da rede, que atende um universo de 100 famílias em 2018. Hoje, os agricultores e agricultoras das comunidades de Serra Queimada e Ilha Vecchi são abastecidos por duas redes de água: Casarão (oriunda do processo de apropriação camponesa a partir do assentamento Serra Queimada) e a Ilha Vecchi/Serra Queimada. Registra-se que o Casarão em questão representa o caráter de comunidade e coletividade dos agricultores e agricultoras organizados. Na atualidade, a construção que uma vez foi a casa de fazendeiros latifundiários, hoje é o Casarão Comunitário de Serra Queimada, sede das reuniões e demais encontros das comunidades do entorno.



**Foto 3:** Interior do Casarão de Serra Queimada, atual sede de reuniões das famílias locais (Foto: Julia Ladeira)

Recentemente, com a inserção da Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Cachoeiras de Macacu (AMAE), passaram a ocorrer tentativas de apropriação da água do Vale do Guapiaçu pela Prefeitura a partir de que o Plano Municipal de Saneamento Básico de Cachoeiras de Macacu passou a prever expansão do controle da captação, tratamento e distribuição de água, em 2013. Provocando um processo de reorganização comunitária do controle e gestão da água, que fortalece o poder que os moradores têm sobre o seu território, os homens e mulheres das comunidades vêm reafirmando sua posição comunitária frente às diversas de apropriação que enfrentam. Em uma dessas investidas, um técnico da AMAE chegou a usar um argumento sem qualquer respaldo da lei, dizendo que a partir da transferência do controle das redes para a AMAE, a mesma poderia emitir uma outorga pelo uso da água e que isto poderia impedir a construção da barragem do rio Guapiaçu. Contudo, o próprio fato da AMAE disputar o controle da distribuição de água na região com as comunidades, mostra que a mesma reconhece o poder que os homens e mulheres do Vale têm sobre o seu território e, portanto, sobre aqueles elementos necessários para a reprodução de suas vidas. O controle e gestão das redes hidrocomunitárias é dos integrantes das comunidades do vale do Guapiaçu

e, mesmo que esteja em disputa, a própria existência da disputa, demonstra que a sabedoria da comunidade não pode ser ignorada.

Apoiado em Gutierrez Aguillar (2011), D'Andrea (2018) nos mostra que,

[...] o processo de emancipação social desde a autonomia, um modo carregado de conteúdos concretos e sempre abertos, já que não há um conjunto de objetivos explícitos e sistemáticos que devem ser almejados. Esta busca pela emancipação através da autonomia traduz-se, na prática, como uma trajetória em que os desafios estão intrínsecos a esta forma de construir o poder a partir da confrontação da ordem política e econômica estabelecida. Ou seja, é preciso entender o processo de construção da autonomia enquanto um caminho constante que irá desafiar a capacidade e a criatividade do coletivo para enfrentar as diferentes formas de tentativa de desarticulação concreta e simbólica do movimento (D'ANDREA, 2018. p. 90).

Assim, no Vale do Guapiaçu o processo de expansão e constituição das Redes Comunitárias de Água enquanto forma de apropriação e uso comum da água no território está relacionada ao desenvolvimento dos saberes-e-fazeres constituídos por quem habita o Guapiaçu. Constroem horizontes de sentido para a vida compartilhados enquanto recriam maneiras de re-produção da vida, através dos processos de sociabilidade que são intrínsecos à construção das redes comunitárias de água.

As relações sociais marcadas pela solidariedade e o princípio da comunidade se expandem para além da distribuição e abastecimento de água e encontram as terras agricultáveis do vale do Guapiaçu. A partir das redes hidrocomunitárias, a sobrevivência dos moradores é garantida e permite o desenvolvimento de formas coletivas de manejo da terra e da água, marcadas pela convivência e auto-organização. Fruto disso é a alta produtividade agrícola da região, que não só abastece os integrantes da comunidade, mas garante a produção de milhares de toneladas de alimentos, tais como aipim, milho, jiló, quiabo, laranja, goiaba, palmito de pupunha, hortaliças e leite. Mensalmente, os resultados dessa alta produção são levados para o CEASA do Rio de Janeiro (o que representa 40% do total ali comercializado) e para mais de 70 escolas estaduais, para servir como merenda escolar.

No campo da agricultura, as comunidades do Vale do Guapiaçu mostram como os saberes tradicionais da episteme camponesa local, múltipla e diversificada, resistem frente às

imposições da modernização agrícola. As diferentes concepções de sentir-pensar-fazer a agricultura presentes dos corpos e memórias dos distintos sujeitos que hoje habitam o Guapiaçu, atravessadas por um contexto histórico de implementação vertical dos pacotes tecnológicos da agricultura moderna, re-existentem no decorrer do tempo-espacó, onde cada família cria suas próprias formas de lidar com estas imposições que se iniciam em meados de década de 1960.

Na atualidade, o processo constante de construção coletiva das redes hidrocomunitárias e das práticas agrícolas “se vê ameaçado frente a tentativas de apropriação externa, decorrendo em uma inflexão das concepções locais de poder e das próprias relações/disputas pelo poder, sendo assim construído um horizonte político e ideológico.” (D'ANDREA, 2018). O Vale do Guapiaçu é palco de disputas de interesses sobre o uso dos recursos territoriais. Isso porque a população resiste contra a proposta de construção de uma barragem no rio Guapiaçu.

O projeto de construção de barragem no rio Guapiaçu reativa as histórias de expropriação, expulsão e violência que já marcam as memórias das famílias que habitam a região. O projeto de barragem é contrapartida ambiental ao projeto de construção de uma das maiores refinarias do Brasil, o COMPERJ da Petrobrás<sup>11</sup>. Além disso, é apresentada como solução para o cenário de estresse hídrico na região leste metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, se concretizada, inundará 2.100 hectares e atingirá cerca de 800 famílias, além de impedir a produção agrícola de uma das áreas que mais fornecem alimentos à CEASA, como assinalamos acima.

A comunidade, organizada junto ao MAB, insiste em declarar que não se nega a compartilhar a água. Ao contrário, apresentaram projetos alternativos para aprimorar o sistema de manejo hidrocomunitário já existente e aumentar o volume de captação pelo sistema de abastecimento dos municípios da região. Os agricultores e as agricultoras do Vale do Guapiaçu defendem o processo de recuperação ambiental da sub-bacia do rio Guapiaçu e se

---

<sup>11</sup> O Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro foi o projeto de construção do maior complexo de refinaria e beneficiamento de petróleo do Brasil. O projeto surgiu em 2006, causou enorme especulação imobiliária no município de Itaboraí por causa da promessa de geração de empregos e foi interrompido anos depois, devido aos problemas com denúncias de superfaturamento de obras, inconsistências no licenciamento ambiental e denúncia de envolvimento em esquemas de corrupção de um dos principais fornecedores. O espaço do complexo se encontra hoje num cenário abandonado, com as obras pela metade e diversos prédios novos construídos pela especulação imobiliária, são hoje prédios fantasma.

propuseram a desenvolver soluções para o abastecimento da região como um todo, através da proteção das nascentes e restauração das matas ciliares e manutenção do canal fluvial, garantindo água e alimento. Estes projetos sequer têm sido considerados pelo governo.

A luta contra a barragem faz dessa comunidade símbolo de resistência cotidiana para permanência dos seus territórios de vida, arduamente conquistados. As comunidades do Vale do Guapiaçu representam um caso inspirador da luta pelo acesso a terra/ território no Brasil, tendo em vista suas experiências comunitárias de gestão coletiva e resistência epistêmica frente à expansão do contraditório processo de desenvolvimento em curso, pautado pelas dinâmicas do mercado e pela lógica mercantil de apropriação dos recursos naturais.

As redes comunitárias de água, consequência da coletividade e auto-organização na gestão dos recursos territoriais; o Casarão de Serra Queimada, marco da luta por emancipação; o início da inserção de práticas agroecológicas, que modifica os modos de vida e re-produção das famílias da região e das condições materiais de subsistência; e a própria luta contra a barragem, organizada e eficaz, são componentes que enfatizam os processos, vivências e experiências que têm ressignificado as relações entre os agricultores e agricultoras do Vale do Guapiaçu com o espaço que ocupam, a terra que vivem e na qual buscam as condições necessárias para a reprodução (material e simbólica) da vida.

### Linha do Tempo - Luta pela Terra e Água no Vale do Guapiaçu

1961	1975	1985	1999	2001	2007	2014
	Agricultores assentados pelo INCRA em Vecchi e Ilha Vecchi		Projeto "Sistema Água Boa - Sistema Ilha Vecchi"		Ameaça: Proposta de barragem reservatório - Condicionante do COMPERJ.	
Primeira ocupação da Fazenda São José da Boa Morte		Ameaça: Primeiro Projeto de Barragem reservatório criado pela CEDAE		Assentamento pelo Banco da Terra na comunidade de Serra Queimada		Suspensão do processo de licenciamento ambiental do Comperj

## Referências Bibliográficas

COSTA, P. D. As águas do Rio Guapiaçu entre os bens comuns e o capital: O conflito entre as Redes Comunitárias de Água e a barragem. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. São Gonçalo, 2018.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. Relatório Final: Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988. Brasília, 2014.

Memória IV Encontro Internacional pela Terra e Território. Rio de Janeiro, 2016.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Impactos sociais da barragem do Guapiaçu. Rio de Janeiro: MAB, 2015.

PROJETO MEMÓRIAS DAS LUTAS PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Material didático para as oficinas do projeto de extensão. 2º Edição. Rio de Janeiro, 2018.

SANTIAGO, B. X. S. O Direito Achado no Rio: Conflito pela Água e Usos do Direito no Território do Vale do Guapiaçu (RJ). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Niterói, 2017.

*Elaborado por: Pedro Catanzaro da Rocha Leão, Julia Nascimento Ladeira e Pedro D'Andrea Costa<sup>12</sup>*

Agosto, 2018

---

<sup>12</sup> Gostaríamos de agradecer as contribuições de Danilo Pereira Cuin e Marlon Nunes Silva, pesquisadores do LEMTO-UFF e do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor, orientador e coordenador do LEMTO-UFF, que tiveram participações primordiais para a elaboração do caso.